

A miséria marca o fim dos índios xacriabás

Esta é a segunda de uma série de três reportagens da Sucursal de Belo Horizonte sobre a desintegração da tribo dos "xacriabás", nas margens do rio São Francisco, no Noroeste de Minas Gerais.

BETH CATALDO

— E preciso que se defina o trecho de terras pertencentes aos xacriabás, para que eles possam viver em paz.

A opinião é do prefeito de Itacaramby, Vicente de Paula Correia, que só depois de muita conversa consente em falar sobre o problema. Juntamente com o padre Geraldo Nalbach ele foi acusado de "subversão" e sua casa chegou a ser invadida. "Por isso, prefiro não falar", afirma.

Mas, depois, explica sua posição: "Esses remanescentes vivem na miséria, passam até fome e não têm, sequer, condições de sobreviver em outro local. Não sou contra os fazendeiros que se instalam na região, apenas defendo que tudo seja feito na legalidade, na justiça".

O padre Geraldo Nalbach, um alemão que desde 58 está no norte de Minas, também pede justiça. "Se ninguém ajudar os índios, eles vão desaparecer". Como o prefeito, ele também se mostra reticente no início da conversa. E que depois de se declarar contrário ao "genocídio lento praticado contra os xacriabás" teve que prestar declarações à polícia, acusado de liderar o protesto contra os grileiros.

— O senhor é subversivo? — perguntaram os policiais.

— Se subversão é estar ao lado dos perseguidos, então sou subversivo — foi a resposta, que ele ainda hoje repete sempre que a questão volta a ser colocada.

A condição de líder dos xacriabás, ele nega com convicção. Sua atuação se define mais como assistencial, na luta para conseguir melhores condições de educação, saúde e moradia para os remanescentes. Líder, como constaram os policiais, nem mesmo o xacriabá "Rodrigo", empregado da Funai e um dos poucos alfabetizados.

E a Funai não tem condições de fiscalizar os dez mil hectares de terra que restaram aos xacriabás. Além da casa de tijolos ainda inacabada onde moram Rodrigo e sua família, existe apenas um galpão vazio com restos de fertilizantes espalhados pelo chão. E a intenção de fazer dali uma escola do Mobrai é denunciada apenas pelo quadro-negro na parede. A casa do chefe do posto, que viajara para Governador Valadares, permanecia fechada havia mais de uma semana, impregnada, também, pelos sintomas de abandono que cercam toda a região.

Assim, a resistência à ação dos grileiros é apenas eventual e isolada. Os grandes proprietários já assentaram suas cercas e restam, agora, pequenos fazendeiros das cidades vizinhas que chegaram atrasados e disputam pequenos trechos de terra.

O grupo Cauê — dez mil hectares — e o fazendeiro de Montes Claros, Djalma Versiani — 13 mil — possuem a maior parte das terras que anteriormente pertenciam aos xacriabás. A fazenda da Cauê — conhecida na região pela opulência de seus jardins, piscina e campo de aviação — estende pelos gerais suas pastagens para a criação de gado. Enquanto a Cauê ocupou a parte menos habitada da terra dos xacriabás, a fazenda de Djalma Versiani foi, confessadamente, constituída através da compra de terrenos ocupados pelos remanescentes.

Iris Costa, também grileiro, mas de menor porte — cerca de mil hectares — defende a ocupação das terras como único caminho para desenvolver a região. "Os remanescentes não têm dinheiro, cultivam apenas para a subsistência e não conseguem uma produtividade razoável do solo. Enquanto isso, os grandes proprietários podem investir alta somas e resgatar a região da miséria".

Um dos primeiros remanescentes xacriabás a vender seu pedaço de terra, Miguel de Oliveira, proprietário do Hotel Itacaramby, faz um gesto de irritação quando é perguntado sobre os motivos de sua decisão. "A final de contas, pra que a



A cabocla Luiza, um caso de resistência.



Padre Geraldo Nalbach, em defesa dos índios.

gente vai trabalhar uma terra que nem sabe se é da gente direito?"

A mesma pergunta parecem se fazer as quatrocentas famílias xacriabás que ainda vivem na terra de seus antepassados. Indefinida a posse da terra, a seca que há três anos visita impiedosamente a região também contribuiu para o desestímulo à lavoura. A maioria se contenta em plantar o arroz e o feijão suficiente para a alimentação da família ou soltar algumas cabeças de gado pela terra, que praticamente se criam por conta própria.

Mas a cabocla Luiza é, pelo menos, um caso de resistência. Vender sua terra ela já falou que não vende. Ajeita um banco de madeira para as visitas sentarem e, enquanto fuma seu cachimbo, vai contando que os dois filhos já foram a São Paulo, mas agora voltaram e, com a ajuda deles, "só saio daqui para o Cruzeiro, terra das cruzeiras do cemitério". Plantar, eles já não têm muito ânimo, porque "bom era antigamente que a gente plantava um prato de feijão, um copo de milho e colhia aquela quantidade".

Se ela se lembra de coisas de batucada, festa do "superior"? Isto é coisa que a gente não conta, é coisa misteriosa" — responde, com um olhar desconfiado. Lembra, sim, que "tem três anos que a gente só faz morrer de fome, que come um arroz purinho, porque às vezes falta feijão".

Chama para fora e mostra no terreiro os pés de feijão secos, que a chuva tardia não conseguiu recuperar. E aponta em volta as casas separadas por uma distância de dois até três quilômetros dos outros remanescentes. "Tá tudo a mesma coisa".

Foto de José Indaco